



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

**Consequências das novas regras da MPD: muitos docentes não colocados!  
Listas dos 5º e 7º escalões sem verem a luz do dia!!  
UE a exigir a Portugal o fim da discriminação salarial dos professores  
contratados!!!...**

**Fazem antever *rentrée* no novo ano escolar escaldante!...**

Volvidos quase 4 meses sobre a tomada de posse do novo Governo de maioria absoluta do PS, e, chegados à véspera do mês consagrado ao "descanso" dos educadores e professores, o SPLIU verifica, com muita apreensão, uma involução na política educativa do Governo e a assunção de medidas geradoras de desestabilização para os professores e as escolas.

Numa manobra de evasão sobre o assunto, o ME fez passar a mensagem deturpada para a opinião pública, que a capacidade de acolhimento das escolas para os docentes que pediram **mobilidade por doença** foi muito superior à de docentes colocados, pouco mais de metade dos professores que requereram tal mecanismo por motivo de doença incapacitante. Para além de ficarem evidentes problemas de assimetrias em relação às necessidades de recursos humanos, que só poderão ser ultrapassados com um modelo de recrutamento e seleção de professores eficaz e justo, o resultado decorrente do processo recentemente levado a efeito, em que milhares de educadores e professores não obtiveram colocação, terá, inevitavelmente, consequências de vária ordem, designadamente, o acionamento do último recurso que resta a estes professores: a baixa médica, o que levará a uma sobrecarga maior sobre o SNS, ao aumento da realização de Juntas Médicas, e à indesejável desestabilização do corpo docente nas escolas.

Encontramo-nos no final do mês de julho, sem que, até ao momento, tenham sido publicitadas as **listas provisórias de acesso aos 5º e 7º escalões**, situação que o SPLIU considera bizarra e de difícil explicação, gerando tal situação ansiedade e um enorme desconforto aos docentes que, legitimamente, anseiam transitar de escalão por entre a malha apertada de um sistema de quotas pernicioso e gerador de gritante desmotivação. Ainda que se tenha conhecimento que os efeitos, para os professores que tiverem a notícia que transitam de escalão, retroagem a janeiro, não parece ao SPLIU adequada e tendencialmente justificada a demora verificada no processo.

A **intervenção da UE sobre a discriminação salarial dos professores contratados**, espelha bem a falta de consideração que o Governo tem em relação aos professores. O SPLIU concorda em absoluto com a posição assumida por Bruxelas, pois importa acabar com a persistente exploração por parte do Governo de mão-de-obra especializada a preço de saldo. Mas, sendo este um aspeto particular muito importante, o mesmo evidencia e potencia a tese do SPLIU, que é urgente implementar, com a maior



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

brevidade possível, um conjunto de medidas que contribuam para a valorização da profissão docente.

Estas matérias, mais um conjunto significativo de problemas que urge resolver no sistema educativo português e no estatuto sócio profissional dos educadores e professores, fazem antever uma **rentrée no ano escolar de 2022/2023 muito escaldante**, colocando o SPLIU em equação várias estratégias de abordagem aos problemas, e, também, de eventuais formas de luta que visem a dignificação e valorização efetiva da docência.

*O SPLIU deseja aos seus associados, em particular, e a todos os docentes, em geral, umas boas e merecidas férias*, ainda que estejamos conscientes que para muitos educadores e professores, não haverá, infelizmente, total descontração e descanso, devido à incerteza que advém em relação ao seu futuro profissional a curto prazo, pois o ME tarda em decidir antecipar, para final do mês de julho, as **colocações da mobilidade interna e da contratação inicial**.

Lisboa, 27 de julho de 2022

A Direção Nacional